



ASPIRAÇÕES AFRICANAS



Excerto do relatório de consulta preliminar
de organizações de pesquisa e não-governamentais
sobre o trabalho da Comissão pela África.

Para o relatório completo, dirija-se a <http://www.odi.org.uk/africaconsultation>

Agosto de 2004

RESUMO

Fazer com que a Comissão se concentre não em novas idéias, mas no incremento dos atuais esforços do NEPAD para acabar com a pobreza na África. Como? Elaborando um “guia de estrada” para que os países ricos contribuam para com os esforços da própria África, implementáveis através dos Planos de Ação do G8. Isto deve incluir un compromisso dos países ricos no sentido de enfrentar os problemas difíceis – especificamente: cumprimento da ajuda pública ao desenvolvimento, imperialismo cultural, dívida, proteção da propriedade intelectual, subsídios do Norte e comércio.

Não permita que a Comissão seja apenas mais um fórum de discussões; ela deve deixar um legado sustentável depois de 2005:

- *Fazer com que as várias iniciativas e redes (‘networks’) existentes na África e os emigrantes que contribuem de maneira relevante para realizar o trabalho da Comissão estejam completamente envolvidos;*
- *Ficar atento aos problemas do processo: relações de trabalho com o NEPAD; ouvir os Africanos, e – mais importante ainda– objetivos práticos para traçar a implementação pelos países ricos e pelo NEPAD após 2005;*
- *Recolher exemplos práticos do que já está em prática, histórias de sucesso pessoal, e experiências culturais positivas – nem todas as notícias da África são ruins.*
- *Uma “mudança de mentalidade” é tão necessária quanto uma “mudança das mãos que detêm o dinheiro”, mas não deixe que a Comissão evite questões sobre como ela pode contribuir para a mobilização de recursos em nome da África.*

Prioridades claras surgiram entre e dentro das áreas temáticas da Comissão:

- *Governance e instituições: paz e segurança, incentivos e responsabilidades;*
- *Crescimento e recursos: relações Norte-Sul, gerenciamento dos recursos naturais, parceria público-privado;*
- *Emancipação e cultura: educação.*

A Comissão pela África

A Comissão pela África é uma iniciativa do Primeiro-Ministro do Reino-Unido, Tony Blair, para proporcionar um conjunto de políticas coerentes para acelerar o progresso em busca de uma África forte e próspera. Ela apresentará um relatório na primavera de 2005, incluindo recomendações para o G8, a União Européia e outros países ricos, bem como para os países africanos.

<http://www.commissionforafrica.org>

FEEDBACK DAS ORGANIZAÇÕES DE PESQUISA E NÃO-GOVERNAMENTAIS

“Farei tudo o que for possível para apoiar uma iniciativa que combata os estereótipos africanos”.

mas

“A Comissão só acrescentará algo importante se ela abrir as portas que as outras iniciativas ainda não viram”.

Cerca de 65 organizações de pesquisa e não-governamentais participaram desta consulta preliminar que ocorreu durante o mês de Julho de 2004 e que foi precursora de uma discussão organizada em linha que ocorrerá durante o mês de Agosto de 2004 e de uma série de encontros públicos na África que acontecerão mais tarde em 2004.

A consulta preliminar colocou duas questões às organizações de pesquisas e não-governamentais:

1. O que você pensa dos objetivos da Comissão pela África?
2. O que você pensa do programa de trabalho de julho de 2004 elaborado pela Comissão?

Neste contexto, os participantes foram questionados sobre como eles achavam que a Comissão pela África pode aprimorar as outras iniciativas já em curso, incluindo as do NEPAD, da União Africana (UA), da Comissão Econômica pela África (CEA), do resto das Nações Unidas (especialmente a cúpula sobre os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio programada para setembro de 2005) e do G8. Trata-se de se concentrar em novas idéias? Na ação dos países desenvolvidos? Em uma espécie de negócio entre a África e os países desenvolvidos? As respostas a estas questões são importantes, posto que elas delineiam o programa de trabalho. Por exemplo, se a verdadeira prioridade fosse o “negócio”, então o programa de trabalho precisaria se concentrar nas obrigações de cada parte e na responsabilidade de cada uma em relação à outra.

O foco da segunda questão foi sobre se o atual programa de trabalho é uma boa maneira de estruturar o trabalho, ou seja, o debate não era sobre o conteúdo detalhado nesta fase (embora na prática as respostas individuais estejam repletas de idéias inovadoras sobre caminhos práticos para o futuro!). Perguntamos aos participantes: estes tópicos são os corretos? O que seria útil de mudar ou acrescentar?

Os participantes também foram convidados a fornecer informações sobre quaisquer eventos ou iniciativas nos quais eles estejam envolvidos e dos quais eles pensam que a Comissão deveria saber. Eles foram transmitidos à Comissão separadamente.

Três preocupações relativas ao conceito e ao propósito da Comissão pela África surgiram da consulta – todas relacionadas com como ela pode alcançar uma ação prática para combater a pobreza.

1. **“Não perder de vista a abordagem da pobreza, da fome e das doenças”**

Vários participantes disseram que, na ocasião do trabalho minucioso dos próximos meses, a Comissão nunca deve perder de vista seu objetivo principal de combater a pobreza, a fome e as doenças. Como apontado por uma boa parte dos participantes, a diminuição da pobreza não se fez explícita nos cinco objetivos da Comissão.

2. ***“Resultados práticos”***

Segundo, a Comissão deve se concentrar no trabalho que contribuirá para a obtenção de resultados práticos e não apenas em novas análises: que se torne realidade, conforme a promessa do Comissário Geldorf, que a Comissão será mais do que um fórum de discussões. Por favor deixe que a Comissão mantenha à frente de todo o seu trabalho a necessidade de fazer realmente a diferença para a maioria dos africanos que são pobres e freqüentemente excluídos dos processos políticos formais.

3. ***“Nova perspectiva quanto ao “como” e não o “por que”***

Terceiro, deixe a “nova perspectiva” da Comissão se concentrar nas dificuldades de implementação: “como” e não “por que” a ação de desenvolvimento da África não está funcionando. Mais uma vez os participantes se referiram a planos tecnicamente sólidos, estratégias e compromissos por mudanças em vários setores que ficaram apenas nisto: compromissos sem ação.

Vários participantes apoiaram explicitamente o conceito e os objetivos da Comissão pela África, mas todos sentem que existem verdadeiros riscos de que a Comissão não atinja seus louváveis objetivos se ela não tratar destas questões.

Objetivos da Comissão pela África

“Os objetivos não se concentram necessariamente nas áreas mais úteis ou críticas do trabalho da Comissão”.

Os participantes vêem claramente a Comissão pela África como uma oportunidade importante, mas os objetivos que ela especificou para ela mesma são necessários porém não suficientes. Surgiu um nítido consenso sobre as prioridades.

“Concentrar-se nos programas criados pelos Africanos para os Africanos”.

O Objetivo II (apoiar o melhor trabalho existente na África) foi a primeira prioridade dos participantes, particularmente melhorando e gerando compromissos para o NEPAD. Embora reconheçam que o NEPAD tem sua parcela de culpa nos problemas e erros, os participantes enfatizaram que seus programas e planos foram gerados através de um processo exaustivo de consulta pelo continente, e seu processo de revisão grupal (‘peer review process’) oferece um mecanismo propriamente africano de controle de qualidade e de monitoramento de implementação. Mais especificamente, e altamente relevante para o Objetivo V (ouvir os Africanos), os participantes fizeram um apelo para o máximo envolvimento dos Africanos na Comissão – não apenas como “ouvintes” e sendo “convidados para comentar de última hora só para mostrar que nós fomos consultados”. Os participantes pediram que os emigrantes não sejam esquecidos, muitos dos quais têm competências valiosas e o tipo de perspectiva sobre os problemas da África vem do fato de poder recuar um pouco.

“Não deixe que a idéia de mudança das mãos que detêm o dinheiro se sobreponha à idéia de mudança de mentalidade”.

Os participantes não evitaram os problemas relativos ao uso efetivo dos recursos na África, e a necessidade de mudar a linha de pensamento dos governos da África e dos países ricos. Mas muitos apontaram que, apesar destes problemas, falta de dinheiro e capacidade são dificuldades maiores para o desenvolvimento africano do que a falta de novas idéias. Assim, houve um bom número de participantes pressionando a Comissão pela África para ver como ela pode ajudar a mobilizar recursos para o trabalho que precisa ser feito no continente.

“Os Africanos estariam mais interessados em obter uma visão de como será o continente depois que a Comissão realizar suas atividades”.

A outra prioridade dos participantes foi o Objetivo I (gerar novas idéias e ações), que teve uma repercussão negativa para muitos. Em primeiro lugar encontra-se a preocupação de que novas idéias não são a principal necessidade da África (e, *“vindas de organizações estrangeiras, podem ser ameaçadoras”*). *“Não há fórmulas mágicas para a África e a Comissão não deveria fingir que tudo o que é preciso é algo que ninguém nunca imaginou antes”*. Os participantes querem que a Comissão dê mais ênfase aos resultados práticos : usar as melhores idéias existentes para *“estabelecer uma visão de como será a África após o término da Comissão e os planos para alcançá-la por setor”* que terão um impacto sobre o povo. A falta de um grupo alvo bem identificado pelo trabalho da Comissão foi mencionada. Foi sugerido que o foco deveria ser no papel dos países ricos para incrementar as atuais iniciativas: um *“guia de estrada”* das nações ricas para a África foi um tema comum, em oposição a um segundo NEPAD. Houve várias sugestões práticas sobre os elementos do programa de trabalho para atingir este objetivo – elas estão listadas abaixo.

Em segundo lugar encontra-se a preocupação de que o final de 2005 marcará na prática o fim dos esforços empregados pela Comissão. Houve um apelo para que seja divulgada uma lista dos principais objetivos que a Comissão pode defender, destacando-se o compromisso dos países ricos – por exemplo, através dos planos de ação do G8. Poderá haver acordos após 2005 para monitorar a implementação da visão da Comissão pelas nações ricas e pelos países do NEPAD?

“A África se mostra um conceito ridículo quando a diversidade da população deste continente impede que se encontre uma solução única ou uma dimensão que convenha a todos!”

Haverá uma linha fina a ser traçada na implementação do Objetivo I entre identificar prioridades comuns para alcançar o desenvolvimento na África e produzir uma *“visão estreita”* que pena em reconhecer a diversidade do continente. Uma contribuição válida que a Comissão poderia prestar, mencionada por alguns participantes, é de recolher e publicar exemplos práticos do que já está em prática, histórias de sucesso pessoal, e aspectos culturais positivos. Diversos exemplos inspiradores de esforços individuais e coletivos para mudar pequenos quarteirões da África para melhor surgiram das respostas dos participantes. Será que não podemos fazer mais para mudar a idéia das pessoas dos países ricos de que a África é um país falido?

“A União Européia retirou seu apoio à proteção social... e decorou o Ministério das Finanças”

Em relação ao Objetivo III (implementação dos compromissos internacionais existentes), os participantes não mediram palavras para incentivar a Comissão a ir além disto e dar uma olhada fria e dura no papel dos países ricos na manutenção da pobreza na África. É preciso cobrir toda a gama de questões: desde o cumprimento da ajuda até as políticas comerciais, incluindo o imperialismo cultural nas suas diversas manifestações, dívida, proteção da propriedade intelectual e subsídios do Norte. Deve-se concentrar nas ações que os países ricos podem pôr em prática para mudar o atual estado de coisas e incrementar as iniciativas existentes – por exemplo através dos atuais planos de ação do G8. Mas resta a séria dúvida sobre a vontade dos países ricos de se comprometerem: um *“negócio”* entre a África e os países ricos só será relevante se estes últimos *“desejarem colocar-se ao lado dela”*.

PLANO DE TRABALHO DA COMISSÃO PELA ÁFRICA (versão de Julho de 2004)

“A preocupação é de como passar de uma lista de questões abrangentes para uma mudança significativa para os pobres da África”.

Ao mesmo tempo em que houve uma resposta geralmente positiva para as três áreas temáticas (crescimento e recursos; emancipação e cultura, *governance* e instituições), alguns participantes comentaram que a atual versão do plano de trabalho está preocupada demais em realizar o Objetivo IV (oferecer uma perspectiva nova e positiva para a África) em detrimento da abordagem efetiva dos outros objetivos da Comissão. Onde estão as precisões sobre o trabalho com o NEPAD, sobre a implementação dos compromissos internacionais, e sobre a oitiva dos Africanos? Os participantes detalharam de forma abundante as redes e projetos de atividades que a Comissão pode estimular.

Os participantes apontaram um certo número de problemas implícitos nestas questões do “processo”, as decisões tomadas que farão a diferença entre a chance de sucesso da Comissão e um verdadeiro risco de derrota. Uma seleção encontra-se no Quadro 1.

Quadro 1: Problemas implícitos: a falta de vínculo

Incrementar o NEPAD – o que é melhor?

Oferecer suporte técnico interno a longo prazo ao NEPAD ou fortalecer os sistemas sub-regionais (CEDEAO, SADC, IGAD, etc.)?

Trabalhar com os compromissos de governos estáveis ou ajudar os países não-líderes?

Projetos-piloto ou soluções conhecidas?

Implementação dos compromissos internacionais

Promover negociações entre a África e os países ricos ou o compromisso da África com o NEPAD?

Novas propostas para a presidência da União europeia (ex: sobre medidas para melhorar a participação da sociedade civil na ajuda da UE) ou vínculos aos atuais planos de ação do G8?

Ouvir os Africanos

Consultar as pessoas comuns ou trabalhar com organizações especializadas?

Concentrar-se nos excluídos (mulheres, jovens, deficientes, pobres) ou envolver peritos?

Usar as tecnologias de informação e comunicação (ICT) ou as instituições locais?

Agora ou para sempre – como a Comissão pode promover consultação e participação após 2005?

No que se refere às atuais áreas temáticas, os participantes deram prioridade máxima a **governance e instituições**, seguida por **crescimento e recursos**, e **emancipação e cultura** veio em terceiro. Dentro de cada tema, houve uma unanimidade notável quanto às áreas prioritárias: elas estão expostas abaixo. Embora não tenha sido o propósito desta consulta preliminar, várias sugestões foram feitas sobre como enfrentar problemas específicos dentro das áreas prioritárias; elas serão transmitidas à Comissão.

Governance e instituições

Duas áreas prioritárias foram identificadas:

- paz e segurança
- responsabilidades e incentivos

“Os Africanos estão cansados de guerras”.

Este participante falou em nome dos muitos que deram prioridade máxima à necessidade de tratar da **paz** e da **segurança** no continente, incluindo o papel dos países ricos e das multinacionais.

“Há capacidade suficiente na África para fazer do continente um lugar para todos. A África deve reconhecer e recompensar a capacidade africana – mas como?”

A julgar pelo nível de preocupação dos participantes, a exploração dos caminhos para alcançar responsabilidades mais igualitárias e incentivos na África deve ser uma característica definitiva do trabalho da Comissão. Há uma grande preocupação sobre os limites impostos ao desenvolvimento da África por alguns governos que não compartilham o mesmo ponto de vista e pela fraqueza da capacidade, indisciplina e baixos padrões na tomada de decisões. Para os países ricos é inaceitável a escolha de governos acomodados, deixando a maior parte da população do continente à mercê do que tem sido chamado de “estados predatórios”.

Crescimento e recursos

Três áreas prioritárias foram identificadas:

- Relações Norte-Sul;
- Gerenciamento dos recursos naturais;
- Parceria público-privado

“Verdadeira parceria entre o Norte e o Sul.”

Vários participantes enfatizaram a necessidade de se concentrar sobre como lidar com o impacto negativo das políticas dos países ricos nas áreas de comércio, dívida, subsídios agrícolas, proteção da propriedade intelectual e imperialismo cultural.

É importante notar que quase nenhum participante priorizou a agricultura, mas vários destacaram o **gerenciamento dos recursos naturais** de maneira geral, e particularmente a necessidade de fazer com que a ciência e a informação tecnológica se tornem mais acessíveis.

Um número semelhante enfatizou a necessidade de explorar como a parceria público-privado pode ser melhor promovida, incluindo um ambiente regulatório mais encorajador.

Emancipação e cultura

Uma única prioridade foi destacada:

- Educação

Vários participantes dirigiram a atenção para a contribuição vital que a educação traz ao desenvolvimento dos indivíduos e das nações, com benefícios que começam imediatamente mas que se espalham pelo futuro. Por exemplo, a autonomia africana de iniciativas de desenvolvimento como a Comissão poderia ser bastante melhorada concentrando-se na educação para vencer o abismo entre países ricos e pobres e estimular a igualdade dos sexos e o desenvolvimento.

Esta consulta foi organizada sob a direção do Diretor de ODI Simon Maxwell, por Elizabeth Cromwell, Fiona Drysdale e David Sunderland. Cópias deste relatório e outros materiais relacionados à consulta preliminar encontram-se em <http://www.odi.org.uk/AfricaConsultation/>

Contate africaconsultation@odi.org.uk para saber mais e participar desta iniciativa.

Tradução do inglês para o português por Liza Sant'Ana Lima